

Resenhas

Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek

Ricardo Feijó

São Paulo: Editora Nobel, 2000

Ricardo Feijó realiza seu trabalho — originalmente uma dissertação defendida na FEA/USP sob orientação do prof. Eleutério Prado — inspirado principalmente no ensaio de Jaffé, que demonstrou que a tradição austríaca em Menger tinha uma especificidade de conceitos que não poderia ser identificada com as abordagens de Jevons e de Walras, nomes colocados junto ao de Menger como representantes da “revolução marginalista”. Como registra Feijó, Jaffé cunhou a expressão “desomogeneização” para definir o processo de distinção de idéias entre Jevons, Walras e Menger. Feijó faz então uma interessante “desomogeneização” de três representantes da Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek.

No capítulo 1, o autor faz uma digressão sobre as origens do pensamento econômico austríaco. Inicia com a discussão das críticas de Menger a Schmoller, um dos principais representantes da Escola Histórica Alemã, no contexto do embate epistemológico conhecido pelo nome de *Methodenstreit*. Ainda neste capítulo discute as influências de Weber na formação da Escola Austríaca. Mostra que a conhecida revolução marginalista não foi tão revolucionária como a adjetivação levou a crer e analisa a relação de Menger com o marginalismo.

No capítulo 2, ocupa-se de estudar as contribuições de Menger. Trata inicialmente da principal proposta contida no *Grundsätze*, única obra de Teoria Econômica publicada por Menger. Identifica aí a idéia de valor como uma relação entre bens, conceito canônico do marginalismo. Discute na sequência o papel de Menger na famosa disputa

sobre métodos, travada no final do século XIX. Mostra como o autor se envolve nesta querela após ser duramente criticado por Schmoller pelo tipo de análise abstrata que utiliza no *Grundsätze*. Essencial, entretanto, para o trabalho de Feijó é a identificação da influência de Aristóteles em Menger. Destaca junto com outros analistas a postura aristotélica de Menger em buscar as “causas primeiras das coisas”. Este traço, somado também às influências do romantismo alemão e de Burke e Savigny, constituem a epistemologia naturalista de Menger; epistemologia essa que no limite não se compatibiliza com as de Hayek e Mises, como nos informa o autor ao concluir seu processo de “desomogeneização”.

No capítulo 3, começa por analisar a crítica de Mises no âmbito do que ficou conhecido como o “debate do cálculo socialista”. Analisa a seguir a epistemologia “racionalista” de Mises, encerrando o capítulo com a contribuição do autor à teoria austríaca do valor. No capítulo 4, apresenta a análise de Hayek quanto ao problema das flutuações econômicas e os “atributos da ordem de mercado”, pois Hayek não concebe o mercado “como uma entidade concreta, mas uma construção mental”. Como Hayek elaborou um sistema epistemológico importante na compreensão da Escola Austríaca, o objetivo de Feijó ainda neste capítulo é investigar a natureza da epistemologia “subjetivista evolucionista” de Hayek, mostrando a sua especificidade diante das epistemologias de Menger e Mises. O primeiro estudo sistemático de Hayek sobre a natureza do conhecimento econômico aparece no artigo “Economics and Knowledge”, apre-

sentado em congresso em 1936 e publicado em 1937. A partir de então, as reflexões de Hayek voltam-se quase que exclusivamente aos problemas epistemológicos das ciências sociais. Hayek havia moldado o seu pensamento sob forte influência do subjetivismo de Mises, mas ele tinha consciência das limitações da praxeologia e não aceitava o apriorismo metodológico.

Como em Mises, registra Feijó, seu ponto de partida na interpretação dos fatos sociais é a idéia de que os agentes econômicos formulam planos subjetivos e, com base na consideração dos elementos contidos no plano, elegem um curso de ação. A praxeologia de Mises elege como alvo principal da investigação teórica, as relações lógicas que comandam o subjetivismo das escolhas individuais. Leva em conta apenas a percepção subjetiva dos indivíduos no comando de suas ações e assume que todos os dados oferecidos à teoria dizem respeito à esfera subjetiva pessoal. Registra ainda o autor que os elementos que compõem a subjetividade são atualizados por fatos externos que indicam a existência de erros e a necessidade de revisão dos planos anteriores. Mas a informação recolhida no mundo exterior à subjetividade é, ela mesma, um elemento subjetivo, na medida em que se trata de interpretações pessoais de fatos e não de fatos concretos em si mesmos. Na análise de Ricardo Feijó, o caso de Hayek é diferente. Feijó arrola então três pontos básicos que afastariam Hayek de Mises:

“Hayek não aceita a separação completa entre mundo subjetivo e objetivo e procura investigar a relação entre eles.”

“Ele não considera que a teoria científica seja apenas a reprodução das condições em que atuam os agentes, mas que ela está em um plano epistemológico diferenciado.”

“A teoria da ação humana não pode ser construída, somente na lógica e em conceitos *a priori*. Há também elementos empíricos que devem ser considerados no corpo da teoria e não apenas na avaliação de sua adequação a contextos concretos.”

O último capítulo coteja e resume as diferenças epistemológicas de Menger, Mises e Hayek,

fornecendo-nos uma taxionomia baseada nos seguintes critérios: dualismo epistemológico, dualismo ontológico, natureza do subjetivismo econômico e o papel do mundo externo na explicação dos fenômenos sociais. Encerra seu trabalho apresentando as mais relevantes, a seu juízo, críticas à doutrina austríaca.

O processo de “desomogeneização” dentro da Escola Austríaca foi, como registrado, a motivação condutora no desenvolvimento do trabalho. A pergunta que o próprio autor formula nas considerações finais de seu livro, (p. 193): “Por que distinguir autores de uma mesma tradição representa uma contribuição útil e válida em história do pensamento econômico?” pode ser respondida de pronto (por qualquer leitor do livro de Feijó): “Ela permite um aprofundado estudo epistemológico de cada um dos três austríacos analisados”. Só esse elemento já justificaria a empreitada do autor (e a leitura do livro), que consegue mostrar a partir de um detalhado e erudito estudo em história das idéias a riqueza de enfoques e as peculiaridades de Menger, Mises e Hayek. Registramos, no entanto, uma crítica que não invalida a proposta de Feijó, qual seja, a ausência de um maior esforço de identificação dos elementos básicos (teóricos, ideológicos e retóricos) de homogeneização constitutivos da Escola Austríaca. Não podemos esquecer que houve ao longo do tempo um recorrente procedimento de homogeneização por parte dos próprios membros da Escola Austríaca, como bem registra José Manuel Moreira em *Hayek e a História da Escola Austríaca em Economia* (Edições Afrontamento, 1994, Porto).

Paulo Gala

Professor de Economia no Mackenzie e
Doutorando em Economia pela FGV/SP

José Marcio Rego

Professor de Metodologia da Economia do
Curso de Mestrado em Economia da FGV-SP e
de Economia Brasileira dos cursos de
graduação da PUC-SP

Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII

Celso Furtado

Hucitec/Abpbe, 2001

O livro é a tese de doutorado de Celso Furtado defendida na Sorbonne em 1948 e só agora, graças à iniciativa do professor Tamás Szmrecsányi, publicada a partir do original em francês. Sua importância reside em ser um texto rigoroso e agradável capaz de posicionar o autor na historiografia brasileira na medida em que explicitamente se remete às obras de autores que mais tarde, no clássico “Formação Econômica do Brasil”, de 1959, são utilizados de forma reelaborada mas não explicitamente citados.

Assim, como lembra o professor Tamás Szmrecsányi¹, a tese se divide em três partes; analisa em sua primeira parte as hipóteses de trabalho do ensaísta português Antônio Sérgio sobre a evolução da burguesia comercial e marítima daquele país; na segunda, analisa a formação colonial brasileira à luz da documentação disponível e das idéias pioneiras de Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* e de Caio Prado Junior em *Formação do Brasil contemporâneo e História econômica do Brasil*; finalmente, na terceira parte, aplica no seu estudo de caso as idéias de Penni Pirenne sobre as relações entre os períodos da história social do capitalismo com a formação de novas elites dirigentes.

Esses objetivos ligam-se o primeiro aos capítulos II e III da tese, reunidos sob o título “Antecedentes portugueses da colonização do Brasil”, o segundo aos quatro capítulos centrais, intitulados “A formação da colônia” e o terceiro objetivo aos quatro capítulos finais, “Os atavismos do Brasil moderno”. Furtado trabalha aí como cientista social, na junção entre História, Sociologia e Economia, utilizando como eixo analítico do estudo da nossa formação colonial a visão teórica do nosso maior historiador, Caio Prado Júnior.

Não há nada de surpreendente aí. Como lembrou Maria da Conceição Tavares², toda a obra de Celso Furtado, como a de Florestan Fernandes, tem uma convergência às vezes esquecida com a de Caio Prado, na medida em que o foco analítico de todas elas centrou-se no desenvolvimento desigual do capitalismo buscando explicar tanto a falta de

autonomia de nossa burguesia para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno como a nossa heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática. Essa é a visão dos nossos mestres, patrimônio da esquerda que ela necessita continuamente atualizar analítica e politicamente. A referência a Caio Prado Júnior como eixo teórico ao meu ver fundamental remete-se, por exemplo, ao uso reiterado do famoso mote de Caio Prado sobre o “sentido da colonização”, que conformaria aqui uma economia colonial, isto é, voltada para interesses externos e peça de acumulação primitiva à época, entre outras, da expansão ultramarina colonial e do nosso nascimento para a história ocidental.

Os conceitos fundamentais de Furtado são, como em Caio Prado Júnior, os de economia colonial e economia nacional. Este último é definido como um sistema econômico autônomo, capaz de gerar seu próprio impulso de crescimento, implicando portanto a industrialização a partir da conformação de um mercado interno e a ausência de separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Trata-se de uma economia que é dirigida de dentro para fora, à semelhança das economias desenvolvidas da Europa contemporânea e EUA. Por sua vez, a economia colonial funda-se na produção agrícola para exportação, caracterizando-se por um dinamismo marcado pelas necessidades do mercado externo e pela sujeição a bruscas contrações econômicas. Caracteriza-se também por uma grande concentração da renda e pela apropriação de grande parte dessa renda por capitais forâneos, bem como, por um baixo padrão médio de consumo em relação ao nível de produção *per capita*. Os gastos de consumo se concentram numa reduzida classe de proprietários e se satisfazem com importações, ao invés de se distribuírem pelo conjunto da população. O processo de desenvolvimento é o de transição da economia colonial para a economia nacional, e a análise de Furtado centra-se no mecanismo econômico que sustenta essa transição, ou seja, na explicação da sua dinâmica econômica.³

¹ Szmrecsányi, T. “Sobre a formação da *Formação econômica do Brasil* de C. Furtado”. *Estudos Avançados*, 1999: 13-37

² Tavares, M. da C. *Celso Furtado e o Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 2001.

³ Leão, I. Z. C. “A Matriz Teórica de Caio Prado Júnior: a Nação Inconclusa”. Campinas, 1994. Tese. Instituto de Economia, UNICAMP.

É importante notar que em *Formação econômica do Brasil* esse mecanismo é centrado no fluxo de renda, um conceito de origem keynesiana sobre as possibilidades de desdobramento dinâmico de uma dada atividade central, e que vai estar na base de sua pergunta pela formação da economia nacional. Em sua tese, esse conceito ainda lhe é desconhecido, pois só o conceberia em sua passagem posterior pela Inglaterra. O eixo aqui é caio-pradiano, como não deixou de ser depois, mas com um aparato analítico em economia que Caio Prado jamais sonharia dispor.

Assim, se a tese de Furtado merece ser lida pela sua erudição e estilo agradável, vale também por explicar um pouco mais do que sabíamos sobre a formação do pensamento furtadiano e por suas ligações com autores com Caio Prado Júnior, que laboraram numa seara comum com propósitos próximos.

Igor Zanoni C. Carneiro Leão
Departamento de Economia da
Universidade Federal do Paraná

Vagão Descarrilhado: o Brasil e o Futuro da Economia Global

Reinaldo Gonçalves

Editora Record, 2002

A análise da inserção externa da economia brasileira tem sido objeto felizmente de um número cada vez mais qualificado de publicações. Reinaldo Gonçalves faz parte de um seleto grupo de economistas políticos brasileiros que: i) fundamentam sua análise tendo como base rigoroso levantamento empírico de dados e fatos; ii) analisam o desenvolvimento da economia brasileira a partir dos desdobramentos do cenário internacional.

Este último ponto, embora pareça óbvio, não tem pautado a análise do pensamento hegemônico, que por conveniência ou desinformação conduz a análise a partir de comparações com o próprio passado. Isso nos torna reféns das medidas de curto prazo, da mesma forma que nos coloca diante de falsas escolhas, limitando o debate econômico.

Gonçalves tem marcado sua atuação intelectual e política por uma profícua produção. *Vagão Descarrilhado*, seu trabalho mais recente se agrega a uma série de análises anteriores sobre a globalização e o processo de inserção passiva da economia brasileira. Outra virtude do autor é tratar com rigor temas complexos, fazendo uso de uma linguagem acessível também às pessoas de outras formações, sem, no entanto, descacterizar ou tornar excessivamente simplista a discussão.

A obra segue essa linha de rigor na análise, com observação empírica dos dados e um texto fluido. Subdividido em sete amplos capítulos, a obra analisa o capitalismo global e as chances do Brasil nesse contexto. Os quatro primeiros: “Nova economia e hegemonia norte-americana”, “Locomotivas enferrujadas do capitalismo”, “Tecnologia e desemprego” e “Futuro da economia mun-

dial”, analisam o cenário internacional a partir do desempenho das grandes potências.

A tese central de Gonçalves é de que o capitalismo global se encontra numa verdadeira encruzilhada, o que implica que as trajetórias a serem seguidas no início do século XXI serão mais complexas, na medida em que as circunstâncias diferem em muito das que permitiram a liderança norte-americana do final do século XX. A grande locomotiva está “enferrujada” e não há substituto à altura à vista, já que o Japão se encontra há anos em profunda crise, e a Europa não ganha condições de vôo próprio.

O quinto capítulo, “Globalização e inserção internacional” trata da discussão conceitual, assim como dos principais impactos da globalização nas várias esferas, especialmente para os países em desenvolvimento. Fugindo de generalizações equivocadas, nos oferece um contraponto entre a análise comparada de inserção externa ativa (caso da China) e passiva (Brasil). A conclusão é que enquanto os primeiros aproveitaram a globalização em seu favor, preservando seus interesses, o Brasil perdeu espaço, exatamente pela falta de articulação de um projeto claro e ampliou a sua vulnerabilidade externa.

Os dois últimos capítulos, “Vagão descarrilhado: economia brasileira” e “Futuro do capitalismo no Brasil: projetos de reforma”, se debruçam num aprofundamento da análise dos principais desafios da economia brasileira, bem como numa análise crítica de alguns projetos alternativos para o desenvolvimento brasileiro. Os trabalhos analisados nesse capítulo apresentam diferentes abor-

dagens e matizes ideológicas, a saber: Antonio Dias Leite, *Crescimento econômico. Experiência histórica do Brasil e estratégia para o século XXI*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 2000; João Paulo de Almeida Magalhães, *Estratégia de longo prazo para o Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Papel & Virtual, 2000; João Paulo dos Reis Velloso, “O modelo de especializações avançadas: Um projeto para o Brasil do século XXI”, em J. P. R. Velloso (org.), *O Brasil e o mundo*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1998; e, Roberto Mangabeira Unger, *A segunda via: Presente e futuro do Brasil*, São Paulo, Carta Editorial Ltda., 1999.

Essa análise crítica comparada oferece um amplo painel ao leitor das principais discussões sobre as alternativas que se apresentam (ou não) à economia brasileira, tendo como pano de fundo os desafios presentes na nova fase de acumulação capitalista.

Embora compartilhe de grande parte do diagnóstico e a metodologia de análise conduzida por Gonçalves, discordo do ceticismo com que olha o futuro brasileiro, principalmente quanto à sua tese da “africanização”.

Mas isso não anula a importância de seu trabalho. Pelo contrário, ao expor o seu ceticismo o autor provoca a reflexão sobre o futuro, além de ressaltar as armadilhas do pensamento único e da visão excessivamente centrada no curto prazo. Ler

e estudar a sua obra é algo imprescindível para compreender e discutir os grandes desafios que se apresentam para a nação brasileira nesse início de novo século.

No tocante aos cenários apresentados, há alguns pontos não abordados no livro e que podem representar um papel relevante. O primeiro deles, quanto à China e seu ingresso na OMC (Organização Mundial do Comércio), ocorrido no final do ano passado, e que provoca uma mudança significativa na correlação de forças e na própria estratégia chinesa de desenvolvimento. O segundo ponto se refere ao euro, ou especificamente à possibilidade dessa nova moeda de vir a representar, em um futuro próximo, um contraponto à hegemonia do dólar norte-americano.

São questões amplas e complexas que deverão representar fatores decisivos no desdobramento dos cenários futuros para a economia global, alterando significativamente a correlação de forças hoje estabelecida. Fica a demanda para uma análise futura do autor.

Antônio Corrêa de Lacerda

Professor do Departamento de Economia da PUC-SP e presidente da Sobeet — Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica.

(Re)construir o Brasil Contemporâneo: Trabalho, Tecnologia e Acumulação

José Ricardo Tauile

Rio de Janeiro: Contraponto, 2001

Esse trabalho é uma obra propositalmente deixada em aberto, não apenas porque se propõe a identificar tendências do desenvolvimento futuro da economia capitalista, mas também por enfrentar o desafio de abordar alguns problemas ainda sem solução na ciência econômica. Embora um grande número de respostas a algumas das questões mais relevantes para a pesquisa econômica contemporânea tenham sido criativamente trabalhadas no texto, outros tantos tópicos permanecem enunciados como pergunta. É um resultado inevitável quando se aventura a percorrer a fronteira do conhecimento.

As reflexões reunidas no livro vêm de há muito; basta lembrar que, nos últimos dez anos, o autor tem lecionado uma disciplina homônima a seu

subtítulo na pós-graduação do Instituto de Economia da UFRJ, onde estuda-se a relação entre a mudança tecnológica, as transformações na organização do trabalho e o desenvolvimento capitalista. O ponto de partida de sua análise é um conceito fundador da economia política clássica: a noção de excedente. Este tema foi removido do arcabouço teórico do *mainstream* pela contra-revolução neoclássica, em uma manobra que buscou elidir a desigualdade e a exploração da posição de fenômenos fundadores das sociedades divididas em classes, como a capitalista, colocando em seu lugar a idéia fantasiosa da justa remuneração dos fatores no equilíbrio. Ora, foi o surgimento do excedente que fez o trabalho deixar de ser uma atividade unicamente de subsistência para tornar-se a base dos

primeiros sistemas econômicos que a humanidade criou. Sua existência e apropriação são objeto da norma social e resultado da inovação tecnológica. Desde a revolução agrícola, há mais de dez mil anos, que possibilitou o surgimento da forma de vida social que chamamos civilização, até a revolução industrial do século XVIII, que inaugurou o capitalismo industrial, o desenvolvimento da tecnologia tem multiplicado a capacidade do trabalho gerar excedente.

A trajetória de evolução das técnicas de produção e de organização do trabalho ocupa a primeira e maior parte do livro. A partir da noção de excedente, o livro avança na definição do trabalho produtivo e enfrenta a opacidade que este conceito adquiriu no capitalismo contemporâneo, superando a falsa contradição surgida no debate sobre uma suposta perda de centralidade do trabalho. Um outro acerto de contas do autor é feito em relação ao conceito de revolução industrial. Para Tauile, a Revolução Industrial é um episódio histórico que se inicia na Inglaterra do século XVIII e adentra o século XX, tendo como movimento central a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital. Esse período é delimitado em seu início e fim por duas revoluções tecnológicas (entendidas como “processos de aceleração marcante dos avanços da ciência e da técnica”). A primeira ligada aos inventos do aço e da máquina a vapor, e a segunda advinda com as tecnologias da informação e da microeletrônica. Em sua perspectiva, a invenção do motor a combustão e da energia elétrica no final do século XIX, por muitos caracterizada como uma segunda revolução industrial, seriam um processo de amadurecimento do mesmo movimento inaugurado no século XVIII, então propiciando o advento de uma etapa de produção e consumo serializados e de massa. Por sua vez, a atual revolução da informação apontaria para o esgotamento do paradigma industrial inaugurado naquele século.

Se o aprofundamento da subsunção real do trabalho foi um objetivo intencional perseguido pelo modo de incorporação do progresso técnico característico da revolução industrial, subsunção que tomou a forma de taylorismo e fordismo no século passado, foi nesse mesmo ambiente que surgiu um seu contraponto — os métodos japoneses de organização participativa ou engajada do trabalho, também conhecidos como toyotismo, baseados no envolvimento do trabalhador com o resultado do processo de trabalho. Entretanto, mesmo contrariando os princípios de especialização e rigidez hierárquica dominantes na indústria ocidental, o autor mostra como essa invenção japonesa

não deixa de ser produto do avanço da revolução industrial naquele país diante das especificidades criadas pelo ambiente posterior à sua derrota e ocupação militar na II Guerra Mundial.

A idéia de que a atual revolução microeletrônica é um passo na superação da revolução industrial, nada tem a ver com lugares-comuns do tipo terciarização, sociedade dos serviços ou pós-industrial, que ocupam o pobre universo intelectual neoclássico. Ao contrário, ela adianta a hipótese do capitalismo estar constituindo um novo paradigma de organização do trabalho e da produção que parece contraditório com a característica talvez mais emblemática desse modo de produção na visão da unanimidade dos economistas: a concorrência. A novidade que vem do Japão parece querer mostrar que a competição entre os capitais, forma orgânica que resulta da concorrência fundamental entre capital e trabalho, está cedendo lugar à cooperação. Assim, a antiga contradição, revelada por Marx, entre produção social e apropriação privada, ganha uma nova dimensão que repõe a dialética entre concorrência e cooperação. Para dentro das empresas, com o engajamento do trabalhador e, para fora, através da configuração de redes de cooperação, parcerias e contratos sistêmicos entre as empresas.

Em sua parte final, o livro trata do Brasil. Um Brasil que é caracterizado por ter herdado do período colonial uma “desvalorização estrutural do trabalho”, em razão da prevalência de relações de produção pré-capitalistas, de sua industrialização retardatária e da pouca importância do consumo doméstico para a reprodução ampliada do sistema durante a maior parte de sua existência. O capítulo 7, que trata do trabalho no Brasil, faz um levantamento das instituições que regulam o uso da mão-de-obra no país e que diferenciam seu papel na reprodução social daquele que seria o esperado em uma sociedade onde, sob diversos outros aspectos — que vão da relação entre Estado e economia à organização da produção —, é adotado o paradigma fordista. A mudança da posição do trabalho na hierarquia dos valores sociais é apontada como o primeiro e decisivo passo da (re)construção do Brasil contemporâneo.

Em seqüência, um balanço da situação de alguns setores promissores na estrutura produtiva nacional é realizado para apontar o potencial que envolve os segmentos automotivo, eletroeletrônico e outros mais que têm algumas vantagens comparativas, mas cujo dinamismo quase sempre foi advindo de fora, e indica possibilidades de crescimento que poderiam ser exploradas por um novo contrato social no Brasil. Para completar a análise,

alguns aspectos da política macroeconômica dos anos 90 são abordados, principalmente com o intuito de chamar a atenção para seus efeitos sobre os graus de autonomia e de incentivo ao sistema produtivo nacional, especialmente a hipertrofia do circuito financeiro do capital e sua vinculação internacional.

Na conclusão, é retomada uma questão que instiga todos os economistas brasileiros, heterodoxos ou não, que procuram responder de forma afirmativa ao desafio de combinar inclusão social e desenvolvimento econômico. Duas possibilidades dinâmicas são apontadas: a incorporação dos avanços tecnológicos, como na indústria aeronáutica ou petroquímica (com ênfase na economia da saúde), e o combate aos problemas sociais do país (mencionando o desenvolvimento de novas fron-

teiras de acumulação a partir de atividades tidas como tradicionais, sejam culturais, regionais...). Para romper com a histórica concentração de poder e riqueza que se revelou, ao final do século XX, como entrave insuperável ao desenvolvimento econômico nacional, qualquer uma dessas possibilidades só pode ser construída em um novo paradigma político, que substitua os acordos oligárquicos feitos anteriormente por um modelo de participação popular nas decisões do Estado e da política econômica, capaz de garantir que a geração de emprego e a distribuição da renda resultem realmente da alternativa escolhida.

Luiz Augusto Faria

Doutor em Economia pelo IE-UFRJ,
professor da UFRGS e pesquisador da FEE-RS